

TRABALHO-EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RESISTÊNCIA E LUTA PELAS POLÍTICAS

Ellen Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Pará - PPGEDUC

ellenrodrigues.slp@gmail.com

Doriedson S. Rodrigues

Universidade Federal do Pará

doriedson@ufpa.br

Eraldo Souza do Carmo

Universidade Federal do Pará

eraldo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte da revisão de literatura em fase inicial da pesquisa intitulada “Saberes Sociais e Práticas de Resistência identitária: O Trabalho em Comunidade Quilombola no Nordeste Paraense de 1970 a 1990”. Trata-se de análise que versa sobre a unidade Trabalho-Educação, no sentido de se problematizar de que é por meio do trabalho que os sujeitos se formam, se educam, devendo isso ser considerado nos processos formais de educação, como os presentes em territórios do campo, permeados por luta e resistência dos movimentos sociais e, que as políticas públicas educacionais deveriam levar em consideração essa perspectiva de inter-relação. O estudo se caracteriza numa abordagem qualitativa, com pesquisa e revisão bibliográfica, elucidada através do referencial teórico pautado em Saviani (2007, 2011), Frigotto (2010), Gohn (2011).

Ressalta-se que os pontos de análise levantados são fruto dos debates realizados durante a disciplina: Políticas Educacionais na Amazônia pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará, no interior da linha de pesquisa Educação Básica e Movimentos Sociais, no período de setembro a dezembro de 2017.

Assim partiu-se do pressuposto de que trabalho-educação é uma unidade na constituição do ser social, possibilitando-lhe a compreensão-intervenção social de forma integral, enquanto práxis. Todavia, o modo de produção capitalista, com a divisão técnica do trabalho, vem fragmentando as ações humanas, criando uma perspectiva político-formativa que potencializa sujeitos do fazer e outros do pensar, intensificando processos de acumulação e apropriação da riqueza por parte de uma minoria.

O texto inicialmente discute: i) os fundamentos da relação trabalho-educação, abordando também a separação trabalho e educação; ii) bem como a luta por processos de sua reintegração em oposição à lógica de mercado; iii) relacionando por fim, com a luta pedagógica dos movimentos sociais que contemplem processos de luta e resistência.

FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO E A QUESTÃO DO MERCADO

Nesta única seção debatemos o trabalho-educação como categoria histórico-ontológica do ser humano e o processo mercadológico que tem fragmentado a formação humana, no sentido de problematizar a necessidade de políticas públicas educacionais que integrem elementos culturais, identitários, no interior da escola presente em movimentos sociais, a fim de possibilitarem uma perspectiva educacional que forme amplamente os sujeitos.

Trabalho-Educação *versus* Trabalho e Educação

Ao analisar a construção histórica dos seres humanos, torna-se necessário entender o papel da educação e a especificidade da escola na sociedade de mercado. Para tanto, este desafio de se discutir educação nos leva a afirmar que a educação é produto do trabalho e construtora do “[mundo da cultura]” (SAVIANI, 2011, p. 11), expressando-se como ponto de investigação necessária para a compreensão da formação da sociedade, pois, a educação não pode se esgotar nos conhecimentos sistematizados da escola, por ser a educação parte de uma complexa relação de conectividade, que perpassa pelo cultural e social.

A educação, portanto, é criação do homem, resultante do trabalho e como processo de sua coletividade, de maneira que, à medida que é criada pelo homem e pela mulher, esta também os cria, forma-os; assim, adquirem sua visão histórica do mundo que, juntamente com o outro, passa a participar de sua condição de coletividade e, assim, juntos constroem a história, com participação ativa na transformação de suas realidades sociais, de modo que neste processo o homem apropria-se da cultura no e pelo trabalho-educação.

Todavia o desenvolvimento do antagonismo de classes a partir da divisão do trabalho operada pelo capitalismo levou à separação do trabalho-educação. Assim à medida que os homens organizam o trabalho para o aumento da produção, a educação passou a se distanciar do trabalho, tornando-se um espaço separado da produção, pois, “nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção.” (SAVIANI, 2007, p. 157), processando-se no decorrer da história como trabalho manual *versus* trabalho intelectual.

O surgimento de escolas para formação de “capital humano” (FRIGOTTO, 2010) ocasionou uma pretensa reintegração entre trabalho intelectual e manual, mesmo que para fins da classe hegemônica, isto é, a burguesa.

No entanto, o capital que criou a divisão do trabalho e a divisão de classes, contraditoriamente levou o homem e a mulher a outras necessidades; e estes, em um ato humano de busca por emancipação, foram construindo na coletividade saberes de resistência, entre estes criando as políticas públicas, a luta pelos direitos, ou seja, a contra hegemonia.

Considerações: O papel pedagógico dos movimentos sociais

A educação como ampliadora da cultura tem o papel de desconstruir paradigmas e reconstruir possibilidades pela contra hegemonia, por meio de saberes de resistência vindos do processo educacional para além dos muros da escola, do ensino formal, para que muito deve contribuir a integração entre processos educacionais formais e processos educacionais não formais, como os existentes no chão de comunidades quilombolas; mas no sentido de que os sujeitos tenham acesso social ao que se produz em ambientes formais.

Entretanto a forma unilateral das decisões que combinam o planejamento e execução das políticas vem se dando de “cima pra baixo”, não dando condições para que as políticas educacionais considerem as especificidades de cada região, a exemplo da Amazônia.

Mesmo que se considerem alguns avanços, ainda encontramos uma educação homogênea que vem negando a cultura historicamente construída através do trabalho a exemplo das comunidades tradicionais; embora haja movimentos de resistência.

Neste sentido o processo educativo dos movimentos sociais que, ao resistirem constroem processos de políticas públicas, entre as quais as políticas educacionais e, avança em prol da garantia dos direitos “[...] são fontes e agências de produção de saber” (GOHN, 2011, p. 347), que move os sujeitos, os fazendo resistir; em prol da luta pela radicalização da democracia.

Desta forma, as políticas públicas e por meios destas as políticas educacionais podem ser um caminho de resistência, para o acesso à educação de qualidade, diante deste modelo social que tem como fim único o estado mercadológico; para isso, os movimentos sociais têm a tarefa crucial de manter viva a pressão das reivindicações e construir com a participação de todos e todas a *cultura onilateral*, contra hegemônica a lógica do capital.

REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

GOHN. Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

SAVIANI. Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Artigo. Publicação. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, p. 152-165. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/a12v1234.pdf>.

_____. **Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações**. 11ed. rev. SP. Campinas, Autores Associados, 2011.